

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA
(29/11/2010)

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e dez, às dezenove horas, no Auditório Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a certificação do quorum necessário, reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como ponto de pauta o seguinte assunto:

1 - Apresentação, discussão e aprovação da(s) Entidade(s) que irá(ão) substituir em caráter emergencial os Termos de Parceria vigentes: POLICLINICA, SAMU (Samu e Regulação) e PSF (urbano e rural, internação domiciliar, reserva indígena, DST/Aids e Assistência Farmacêutica). Agajan A. Der Bedrossian, presidente do Conselho Municipal de Saúde, dá boa noite a todos os presentes e inicia a reunião fazendo a leitura do Decreto-Lei nº 52, de vinte seis de janeiro de dois mil e dez, que diz no artigo primeiro: todos os procedimentos licitatórios de compras, contratação de obras e de serviços e formalização de convênios envolvendo repasse de recursos financeiros, bem como, administração e fiscalização de contratos oriundos destes processos, serão realizados pela Secretaria Municipal de Gestão Pública. Agajan explica que atualmente o CIAP é responsável pela contratação de recursos humanos de quatro programas gerenciados pela Secretaria Municipal de Saúde, a saber, Policlínica, Endemias, SAMU e PSF e com o rompimento desse convênio que se dará nos próximos dias, o gestor municipal terá que estudar alternativas para que esses programas continuem a serem desenvolvidos. Informa que é uma prerrogativa do executivo municipal, pois se trata de uma contratação emergencial de seis meses, e por força de disposição legal, quem responde pela contratação é o Executivo. É preciso este tempo para que seja redesenhado todos os serviços e municipalizá-los na medida do possível, que já foi municipalizado o serviço de endemias e que o próximo passo seria municipalizar os agentes comunitários e assim sucessivamente. Diz ser impossível para o Município absorver um mil e cem funcionários. Agajan lê a declaração número vinte do Conselho que cita: “Declaramos, para os devidos fins, que o Conselho Municipal de Saúde de Londrina em sua Reunião Extraordinária, realizada em 09 de novembro de 2010, **delibera seu apoio à contratação de convênio ou termo de parceria a ser realizado em caráter emergencial para desenvolvimento das ações do PSF, Policlínica e SAMU, celebrando preferencialmente as instituições HUTEK e ISCAL em virtude dos qualificados serviços prestados por essas instituições e da idoneidade reconhecida por este Conselho.” Em seguida apresenta Parecer da Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, instituída através de Portaria nº 483, de onze de novembro de dois mil e dez, que foi instituída pelo Secretário Municipal de Saúde para análise das várias propostas que recebidas de forma espontânea e encaminhadas à Secretaria de Gestão Pública. Parecer conclui-se que, Proposta 1: Fundação HUTEK, a referida fundação foi criada para dar apoio científico e tecnológico a Universidade Estadual de Londrina, conforme descrito em seu estatuto no artigo quinto. A Fundação HUTEK tem por finalidade colaborar com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, interessadas no estudo, pesquisa, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos das ciências da saúde, da formação de recursos humanos em saúde e do aprimoramento da prestação de serviços de saúde; é diretamente ligada a Universidade Estadual de Londrina, instituição formadora reconhecida pelos excelentes trabalhos na área de capacitação profissional e o que a faz ser internacionalmente reconhecida; essa Fundação é parceira do ente público municipal para execução do Programa NASF de forma satisfatória, vale ressaltar que as prestações de conta são feitas de forma clara e completas, sem deixar dúvidas, no tempo programado e com todas as informações solicitadas e pertinentes. Proposta 2: Irmandade Santa Casa de Londrina – ISCAL, a referida Irmandade foi fundada em mil novecentos e trinta e seis, hoje atende em torno de sessenta e três por cento dos pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS); o hospital já foi escola da Faculdade de Medicina da, atualmente, Universidade Estadual de Londrina (UEL). Isso foi no final da década de sessenta, antes da construção do Hospital Universitário, quando a Santa Casa abrigou os estudantes da primeira turma de Medicina de Londrina; conceituada junto ao Ministério da Saúde, pela qualidade dos serviços prestados, principalmente ao Sistema Único de Saúde, hospital estratégico para o Ministério da Saúde,**

54 classificado em nível C, o mais alto do Programa de Incentivo; foi parceiro da Prefeitura de
55 Londrina, através desta Autarquia Municipal de Saúde, mediante celebração e execução do
56 convênio para o desenvolvimento do Programa de Saúde da Família (PSF). Quanto às demais
57 propostas, abaixo listadas, informamos que não nos é possível emitir parecer técnico uma vez
58 que desconhecemos as instituições/OSCIPS, assim como as ações e projetos por elas
59 desenvolvidas: Instituto Atlântico, Organização Beija-Flor, Instituto do Desenvolvimento Social
60 e Profissional - IDESP, Centro de Apoio à Educação, Meio Ambiente e Saúde - CEMAS,
61 Instituto Gálatas, Instituto CORPORE para o desenvolvimento da Qualidade de Vida, Agência
62 de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira - ADESOBRAS e Organização para o
63 Desenvolvimento Social e Cidadania - ORDESC. **Agajan** coloca que tanto a comissão do
64 Conselho Municipal de Saúde quanto a Comissão Técnica entendem que as instituições Santa
65 Casa e HUTEK são as mais qualificadas para o gerenciamento desses programas, mas que o
66 preço proposto por essas instituições ficou muito alto, e atualmente o Município não tem como
67 assumir essa despesa por um longo serviço. Diz como essas duas instituições são parceiras do
68 município em outros serviços prestados à saúde, entrou em contato com o representante de cada
69 uma dessas duas instituições, solicitando a reavaliação do valor apresentado, pois reconhecia a
70 capacidade e a experiência dessas no tocante a gerenciamento de recursos humanos na área da
71 saúde, porém não obteve sucesso. Essa informação foi repassada à comissão do Conselho, sobre
72 a dificuldade encontrada para definir nomes de empresas para gerenciar os três programas da
73 pauta, e a mesma apresentou uma sugestão que será lida a seguir: “Nós conselheiros municipais
74 de saúde do Município de Londrina, diante da necessidade urgente da continuidade dos serviços
75 prestados no Programa Saúde da Família, SAMU e Policlínica vêm à presença de Vossa
76 Senhoria informar que após pesquisar referências, visita a sede da empresa e discussões internas
77 posicionamo-nos favoravelmente à indicação da empresa londrinense GÁLATAS, com
78 experiência comprovada para assumir os serviços já mencionados.” Esta declaração teve a
79 assinatura de mais de cinquenta por cento dos conselheiros. **Agajan** coloca que a Secretaria
80 Municipal de Saúde acatou a sugestão emitida pela comissão do Conselho, porém a Secretaria
81 Municipal de Gestão Pública sugeriu que se pensasse em trabalhar com duas empresas, pois a
82 exemplo do passado, acredita não ser interessante para a saúde de Londrina que apenas uma
83 empresa seja responsável pelo gerenciamento de todos os programas da Secretaria de Saúde.
84 Portanto, a idéia é de que se tenha pelo menos duas instituições com esse objetivo e que desta
85 forma haja rivalidade entre elas, apresentando serviços melhores, e não concentrar todos os
86 programas em apenas uma instituição, pelo risco que pode surgir com a centralização desses
87 programas. A proposta para votação é: se o CMS aprova a contratação de uma única instituição
88 ou duas, acredita que mais que duas instituições ficaria muito fragmentado. **Marcos Ratto**,
89 representante do segmento de trabalhadores, parabeniza a forma de apresentação do presidente
90 do Conselho pela sua imparcialidade, seriedade e competência na forma que foi apresentado os
91 dados a todos os conselheiros. Agora, falando em nome dos membros da comissão do Conselho,
92 informa que quando aconteceu o problema que ele mesmo havia vivenciado no dia a dia, assim
93 como os usuários, ele enquanto presidente de entidade sindical sabe o quanto estes trabalhadores
94 vem sofrendo com a situação indefinida de quem vai assumir, se no final do mês vai ou não
95 receber seu salário. Coloca que o Secretário de Saúde foi muito feliz quando diz que se esgotou
96 todas as possibilidades de negociação, coloca que também deu seu apoio ao HUTEK e ISCAL,
97 mas que a Santa Casa se mostrou interessada apenas pelo PSF, sei da dificuldade de fechar
98 plantão no SAMU sem plantão médico completo e cobrança da imprensa e que o HUTEK
99 apresentou o maior preço de todas as instituições, e ainda a comissão teve acesso a apresentação
100 de todas as outras interessadas, que seriam nove ou dez, sendo oito OSCIP, além da fundação
101 Santa Casa e HUTEK. Informa que a comissão fez análise de cada uma, verificando a
102 composição de cada uma delas, sua composição, a idoneidade e ética, a qualidade na prestação
103 de serviços, a lida com os trabalhadores, se há um sindicato que os representem, qual é a sede de
104 cada instituição. Conclui dizendo que esses programas são de suma importância ao Município,
105 por isso que os conselheiros fizeram um documento assinado por vinte e quatro conselheiros,
106 indicando uma OSCIP de Londrina para gerenciá-los. **Elba Ferreira** pede que seja nominado o

107 nome do proprietário de cada uma das empresas interessadas em gerenciar os referidos
108 programas. **Fahd Haddad** relembra o que disse na reunião do Conselho Municipal de Saúde de
109 09 de novembro de 2011, na qual colocou a Irmandade Santa Casa de Londrina como apoiadora,
110 com o objetivo de auxiliar o Município a solucionar o problema instaurado, onde não tinham
111 informações oficiais do que seria necessário para poder viabilizar o programa. Sendo assim foi
112 solicitado à Secretaria Municipal de Saúde o encaminhamento destas informações,
113 principalmente do número de pessoas, salários, etc. Essas informações foram prontamente
114 repassadas e a partir dessas foram feitas contas e avaliações, sendo que a proposta encaminhada
115 pela entidade foi para gerenciamento do PSF e a Policlínica, por que a entidade já tinha
116 conhecimento do funcionamento desses dois programas, pois por sete anos o gerenciamento
117 desses programas eram de responsabilidade da Santa Casa, razão essa pela qual não quiseram se
118 aventurar a fazer a proposta para o SAMU e Central de Regulação. **Fahd** coloca também, caso
119 haja interesse do Município que a Santa Casa assuma os demais programas, pois é possível
120 reavaliar a proposta apresentada e englobar todos os programas, a instituição coloca-se aberta
121 para receber uma contraproposta. Esclarece que os valores apresentados foram baseados em
122 planilha anteriores, pois a instituição tem experiência dos problemas judiciais que virão a seguir,
123 em relação aos problemas surgidos no período em que o CIAP estava gerenciando todos os
124 programas do Município. Quanto à indicação da OSCIP Gálatas, pergunta qual é o valor
125 apresentado pela empresa para gerenciamento desses programas, pois gostaria de fazer um
126 comparativo de preço. Lembrando que a Santa Casa sempre gerenciou o Programa PSF com
127 seriedade e responsabilidade, que a Santa Casa já existe em Londrina há setenta e cinco anos e
128 não vai por a perder toda a reputação construída ao longo desses anos. **Joel Tadeu** lembra que a
129 comissão do CMS que sugeriu o nome da empresa com perfil para gerenciar os programas é
130 composta de maneira paritária, inclusive com a participação do prestador. Ressalta que os
131 gestores municipais estão conduzindo o processo de maneira ilibada, não medindo esforços para
132 que tanto a Santa Casa e quanto a HUTEK assumissem o gerenciamento dos programas. Porém
133 como a comissão não conseguia prever o desfecho dessa negociação, foi tomada a atitude de
134 indicar uma empresa terceira empresa, pensando na não interrupção dos programas. Relata ainda,
135 que a proposta dos conselheiros do segmento de usuários é que sejam consideradas as propostas
136 de todas as empresas consideradas idôneas e cujo preço seja compatível e não apenas da OSCIP
137 Gálatas. **Ana Paula** que inicia dizendo que como membro da comissão não participou de
138 nenhum processo de avaliação da OSCIP Gálatas, que não teve acesso à documentação que
139 permitiu aos demais membros avaliarem a idoneidade ou adequação da mesma. Informa que sua
140 participação nesta comissão foi apenas no primeiro parecer, e ainda que se sentiu desconfortável
141 por pertencer à Santa Casa. Relata que sua participação na comissão foi sempre no sentido de
142 dizer da necessidade de bom senso, pois nem sempre o menor preço é a melhor opção. Ressalta
143 que apesar da proposta da Santa Casa ser a mais alta, essa não foi com a intenção de obter lucro,
144 mas sim porque a Santa Casa sempre se preocupou em recolher os encargos e tributos de maneira
145 adequada, sempre respeitou os direitos dos trabalhadores e cumpriu esses direitos do ponto de
146 vista tributário. A intenção da Santa Casa ao fazer a proposta e ao montar sua planilha de
147 encargos é de ter condições de bancar o passivo que vai vir por conta da herança do CIAP.
148 **Marcos Ratto** informa que no dia em que a comissão se reuniu para analisar as propostas das
149 OSCIPs interessadas em gerenciar essas programas, a conselheira Ana Paula não pode estar
150 presente. Conclui dizendo que quando se fala de valores, essa informação é pública, o CIAP
151 recebe R\$ 2.061.000,00 (dois milhões e sessenta e um reais) pelo gerenciamento desses
152 programas, a OSCIP chamada Atlântico apresentou o valor de R\$ 2.030.000,00 (dois milhões e
153 trinta reais), a OSCIP Beija-Flor o valor de R\$ 2.056.000,00 (dois milhões e cinquenta e seis mil
154 reais), a OSCIP Gálatas o valor de R\$ 2.137.000,00 (dois milhões, cento e trinta e sete mil
155 reais), a Santa Casa apresentou o valor de R\$ 1.820.000,00 (um milhão, oitocentos e vinte mil
156 reais) para gerenciar apenas o PSF e a Policlínica, a HUTEK o valor de R\$ 2.809.000,00 (dois
157 milhões, oitocentos e nove mil reais), o IDESP o valor de R\$ 2.385.000,00 (dois milhões,
158 trezentos e oitenta e cinco mil reais), a CEMAS o valor de R\$ 2.251.000,00 (dois milhões,
159 duzentos e cinquenta e um reais), a CORPORE o valor de R\$ 1.807.000,00 (um milhão,

160 oitocentos e sete mil reais), a ADESOBRAS o valor de R\$ 2.260.000,00 (dois milhões, duzentos
161 e sessenta mil reais) e a ORDESC o valor de R\$ 2.311.000,00 (dois milhões, trezentos e onze mil
162 reais). **Marcos Ratto** relata que em outra tabela que não pediu cópia, estavam as taxas de
163 administração cobrada pela empresas que variam de sete e oito até quinze a dezessete por cento.
164 E é só multiplicar essa taxa de administração pelos valores acima citados, que se sabe o quanto
165 ganham cada instituição para gerenciar e administrar. E que quando avaliaram não pegaram
166 apenas os valores da tabela, mas que também foi avaliado a taxa de administração, e que
167 referendam a Gálatas, pois a taxa cobrada por essa é de 8.64% enquanto as outras variavam entre
168 12%, 15% e 17%. **Marcos Ratto** ressalta que seu compromisso é com o trabalhador em saúde,
169 pois sempre defendeu-os mesmo antes de ser dirigente sindical. Por último parabeniza gestão
170 municipal por trazer ao conselho o poder de decisão pela escolha da empresa, sabe que diante de
171 um contrato em caráter emergencial o gestor municipal tem o direito de escolher quem assumirá
172 o gerenciamento dos programas, porém preferiu que essa escolha foi feita de maneira
173 democrática trazendo para este colegiado o debate. **José Luiz Camargo** coloca que gostaria de
174 conhecer o contrato social desta entidade proposta pela Comissão, que fosse informado quem são
175 os seus proprietários e se existem as certidões negativas dos cartórios da cidade. O segundo
176 aspecto a ser levantado também com relação se esta entidade tem um plano de cargos e salários
177 para seus funcionários, pois não possível admitir, com o pretexto de contratar uma empresa por
178 preço mais acessível, permitir que a mão-de-obra destes trabalhadores seja explorada. Pede bom
179 senso dos conselheiros a se posicionarem, pois um contrato mal elaborado sem se conhecer com
180 detalhes quem está sendo aceito como o prestador de serviço, vai implicar na manutenção da
181 situação atual, ou seja, trabalhadores insatisfeitos e usuários desassistidos. **Maria Osvaldina**
182 sugere a formação de uma comissão de conselheiros para acompanhamento do contrato e dos
183 serviços executados por eles, como estão sendo pagos, como está seu recebimento. **Fahd**
184 esclarece que o valor proposto pela ISCAL é no sentido de gerenciar o programa de uma maneira
185 organizada, com planejamento e margem para possíveis ações trabalhistas. **Agajan** informa que
186 o Município ainda não optou pela empresa que irá gerenciar os referidos programas. Afirmo não
187 conhecer a empresa Gálatas, nem seus proprietários, nem seus funcionários e não ter falado com
188 ninguém, absolutamente ninguém da referida instituição. **Joel Tadeu** faz um elogio ao
189 conselheiro José Luiz pelas palavras sensatas, pois muito do que foi dito contempla o segmento,
190 mas garante que embora o Dr Agajan não tivesse entrado em contato com essas empresas, deu a
191 oportunidade para a Comissão avançar nessa questão, por isso que foram conhecer a OSCIP
192 Gálatas, assim como visitarão o Instituto Atlântico para tirar um diagnóstico, seguindo a
193 sugestão de não ficar apenas uma empresa. Afirmo que esteve na sede da Gálatas, situada na Rua
194 Souza Naves esquina com Alagoas, conversando com algumas pessoas e que pretende fazer o
195 mesmo com o Instituto Atlântico, para que esse Conselho não tenha problemas na aprovação.
196 **Rosalina Batista** esclarece que o CMS acompanha com afinco as discussões dos termos de
197 parcerias para gerenciamento dos programas, lembra que quando o Secretário de Gestão Pública
198 veio colocar que o SAMU poderia ser contratado pelo pregão se revoltou, pois sabia da
199 complexidade desse serviço. Coloca que essa discussão veio ao CMS, por se tratar de um
200 contrato emergencial e o CMS não pode se furtar de se posicionar quanto a situação instalada.
201 Parabeniza a comissão técnica da Secretaria Municipal de Saúde que com muita sinceridade vem
202 trabalhando na busca de alternativa, mas infelizmente o encaminhamento não foi aceito por
203 razões de valores, então o que veio para o conselho com testemunho de todos, é optar por uma ou
204 duas empresas, então gostaria de dar um voto de confiança ao Dr Agajan, que em uma reunião
205 sugeriu que se trabalhasse com duas empresas porque se uma não der certo, o serviço não estaria
206 na mão de uma só OSCIP. Informo que não conhece nenhuma dessas, somente o trabalho da
207 Santa Casa e da HUTECH, deixando claro que a sua função como usuária é cobrar que o serviço
208 seja bem prestado. Sugere que seja formada uma comissão do CMS para acompanhamento
209 desses contratos. **Marcos Ratto** parabeniza o encaminhamento proposto pela conselheira
210 Rosalina e acrescenta que o acompanhamento dessas empresas seja mês a mês, caso essas
211 avaliações sejam negativas que seja pedido dispensa da empresa. **Manoel Amaral** pergunta se já
212 há um levantamento financeiro para cobrir os prováveis gastos de imediato, pois houve um

213 aumento das despesas das empresas que estão pleiteando. Se município pode fazer a
214 complementação visto que esses programas são nacionais e se o município tem condições de
215 cobrir essas despesas. E qual foi o motivo do rompimento do convênio com a Irmandade Santa
216 Casa de Londrina que administrava muito bem o Programa Saúde da Família, o convênio foi
217 rompimento pela Santa Casa ou foi a Prefeitura que não quis mais a prestação desse serviço pela
218 Santa Casa. **Júlia Miyamoto** cita a sua posição favorável referente às duas empresas, pois com
219 somente uma é possível haver precariedade no serviço prestado. Afirma conhecer o serviço da
220 Santa Casa e a satisfação de seus trabalhadores. Pergunta se houver uma divisão dessas empresas
221 com quem ficaria o SAMU. **Ana Paula** responde a pergunta do conselheiro Manoel a respeito da
222 Santa Casa que tinha um convênio com o município e a vigência estava condicionada a um
223 litígio em relação a dois componentes de uma licitação, a saber, CIAP e IGEAP, durante a gestão
224 interina da Prefeitura do Município de Londrina saiu uma liminar muito rápida autorizando a
225 contratação do CIAP e essa desencadeou esse contrato com o CIAP, resultando com isso a
226 ruptura do convênio com a Santa Casa que foi notificada a rescindir esse convênio com o
227 Município. Pergunta a respeito das equipes do Samu, pois sabe que o contrato de trabalho dessas
228 se encerra amanhã, como vai ficar essa situação, pois sabe da relevância dos serviços prestados,
229 tanto do SAMU como da Central de Regulação e suas respectivas equipes. **Márcia Marengo**
230 inicia dizendo que faz parte da comissão que está avaliando a empresas interessadas em prestar
231 serviço para a Secretaria de Saúde e que embora esteja participando de várias reuniões, não
232 chegaram a nenhuma conclusão. Pergunta de quem é a Gálatas, quem a representa e para quem
233 presta serviço, pois essa pergunta já foi feita inúmeras vezes nessa reunião, porém sem resposta.
234 Outra preocupação dos trabalhadores é em relação às pessoas que administram essas OSCIP,
235 pois o que os trabalhadores não querem é que sejam políticos por trás delas, porque já houve
236 problema demais e todos estão cansados. Lembra ter assinado um documento dando preferência
237 a contratação da ISCAL ou HUTECH, foi entendido que um foi um valor maior, mas se votarmos
238 em dividir em mais de uma entidade, se há possibilidade de fazer uma nova proposta com um
239 valor menor. **José Luiz** diz estar prestando atenção em tudo que está sendo falado e as pessoas
240 tem muito juízo e muita razão no que falam, e chama a atenção dos trabalhadores e usuários para
241 que pensassem no que fazer, e chama a atenção do Conselho como um todo, pois está sendo
242 jogado para cima de nós uma responsabilidade que não nos diz respeito independente daquilo
243 que pensamos ou fazemos ou eventualmente podemos decidir, que a decisão sobre a assinatura
244 dos contratos emergenciais é uma prerrogativa do executivo; quem recebe, analisa e decide as
245 proposta através da Secretaria Municipal de Gestão Pública é o poder executivo. O assunto é
246 importante, pois diz respeito ao trabalhador, ao usuário que vai ser atendido e um contrato de
247 baixo custo não traz garantia nenhuma, pois o trabalhador corre o risco de não receber e o
248 usuário de não ser atendido. Continua dizendo que na situação anterior o sindicato que representa
249 foi chamado para fazer homologação dos médicos demitidos e em cem por cento das
250 homologações a conta estava errada, os encargos não estavam sendo pagos conforme a lei e isso
251 resultou numa ação trabalhista coletiva e que a terceira vara julgou procedente e deu ganho de
252 causa para que todos aqueles que tinham sido prejudicados, em suas rescisões pudessem receber
253 o que tinha direito. Pediu que fosse fornecido o contrato social da empresa Gálatas onde quer
254 conhecer o plano de cargos e salários dos funcionários dessa empresa, o que fazem, quanto
255 trabalham e quanto ganham. Quer conhecer a certidão negativa de todas as varas e alternativas
256 judiciais que existem no município de Londrina. Propõe que o CMS não se posicione, pois os
257 conselheiros não podem correr o risco de serem responsabilizados por uma decisão desse porte,
258 não é culpa do CMS que o contrato se encerra amanhã. **Joel Tadeu** dá continuidade ao
259 encaminhamento proposto pelas conselheiras Rosalina e Maria Osvaldina a respeito das duas
260 empresas. Lembrando que o CMS é consultivo, é sabido que é atribuição do gestor a decisão
261 final, porém enquanto conselho consultivo os conselheiros são chamados e não podem ser furtar
262 em dar sua contribuição neste sentido. Ressalta a importância de acompanhar a OSCIP e que não
263 o fizeram no passado com o CIAP, que hoje se encontra sob intervenção, por isso a importância
264 de aceitar o encaminhamento da Rosalina que se decida por duas empresas, mantendo o
265 documento que já foi assinado de sugestão a Gálatas. Afirma ter feito todos os esforços para que

266 se mantivesse a Santa Casa e o HUTECH, mas que não foi possível. **Janaina Salinet** solicita
267 conhecer os contratos sociais e documentos emitidos pelas empresas em questão. Porque se
268 preocupa muito com os profissionais de enfermagem, inclusive das pessoas que irão coordenar
269 os serviços, pois já aconteceu muitas dificuldades e não só de indicação, mas da continuidade das
270 atividades profissionais de trabalhadores do CIAP, onde se reportam ao Conselho falando de
271 todas as dificuldades possíveis e nem sequer tinham acesso à Coordenação de Enfermagem. Diz
272 ser importante montar essas comissões ou ter a possibilidade que as próprias empresas viessem
273 aqui se apresentar. Assim seria possível questionar diretamente a esses profissionais e não ter
274 mais problemas como tiveram anteriormente com a antiga empresa. **Dr Jose Luiz** pede questão
275 de ordem e comunica que solicitou que fosse fornecido o contrato social e o plano de cargos dos
276 funcionários da empresa, sem isso ficará difícil votar e irá se abster da votação. **Agajan** ratifica a
277 informação que a posição da Secretaria Municipal de Saúde foi pela ISCAL e HUTECH, mas
278 como os valores eram muito além dos valores gastos com o CIAP em torno de dois milhões, a
279 Secretaria da Fazenda não tem condições de liberar recursos acima disso, até porque não existe
280 previsão orçamentária. Por isso está sendo passado para o CMS, democraticamente a chance de
281 discutir e encaminhar algumas sugestões de nomes para a Secretaria de Gestão porque em última
282 análise é ela quem faz. E repassa um slide que relata o seguinte texto: “Excelentíssimo **Marcos**
283 **Cito**, Secretário Municipal de Gestão Pública. Senhor Secretário, com a participação dessa
284 secretaria estão sendo tomadas providências a fim de proceder contratação emergencial para o
285 desenvolvimento dos Programas Saúde da Família, Samu, Central de Regulação e Policlínica.
286 Todavia, ressaltamos que sendo o prazo de vigência de seis meses desses emergenciais há
287 extrema necessidade de formalização de processos licitatórios para o desenvolvimento dos
288 programas de forma imediata para que tenhamos tempo suficiente até o findar dos contratos
289 emergenciais.” Esclarece que esse foi o pedido feito à Secretaria de Gestão Pública, para que já
290 comece a desenvolver um processo licitatório e que se possível em menos de seis meses já se
291 tenha um definição por completo da situação. Porque em última análise quem vai fazer a
292 contratação rigorosamente é a Secretaria de Gestão Pública. Já que foi impossível escolher a
293 ISCAL e HUTECH em função dos valores apresentados, totalmente descartado pela Secretaria da
294 Fazenda por questão de recurso. Tem-se agora uma oportunidade única de discutir os nomes,
295 uma sugestão e evidentemente quem vai ver esta questão de contrato, de razão social, certidões
296 negativas é a Secretaria de Gestão Pública, cabe a ela tomar todas as providências, até porque é
297 quem assina o contrato e assume a responsabilidade. O que pode acontecer é acatar ou não a
298 sugestão do CMS, ressaltando que é a primeira vez na história deste CMS que o Executivo traz
299 uma situação para o conselho opinar, então vamos iniciar o encaminhamento para a votação
300 inicial se a Secretaria Municipal de Saúde deve ter uma ou duas instituições conduzindo os
301 programas, **sendo APROVADA a contratação de duas empresas para gerenciar os**
302 **programas POLICLINICA, SAMU e PSF (urbano e rural, internação domiciliar, reserva**
303 **indígena), DST/Aids e Assistência Farmacêutica)**, tendo 20 votos favoráveis e duas abstenções
304 dos conselheiros Fahd Haddad e José Luiz. **Agajan** lembra que existe um documento assinado
305 por vários conselheiros indicando a OSCIP Gálatas para ser uma das OSCIP contempladas para
306 gerenciar esses programas e coloca em votação esse encaminhamento, **sendo APROVADA a**
307 **indicação da OSCIP Gálatas para ser uma das empresas contratadas emergencialmente**
308 **para gerenciar os programas da Saúde,** com 16 votos favoráveis, 2 ressalvas das conselheiras
309 Márcia Marengo e Lazara Rezende e 4 abstenções dos conselheiros Fahd Haddad, José Luiz,
310 Mara Rossival e Agajan. **Joel Tadeu** lembrando do questionamento feito pela conselheira Ana
311 Paula pergunta como ficará a situação dos trabalhadores a partir de amanhã. **Agajan** responde
312 que a informação que tem é que o contrato termina dia oito de dezembro, agora com relação as
313 endemias realmente se encerra amanhã. A partir do dia primeiro a Prefeitura assume o Programa
314 de Endemias, mas os demais programas vão depender da nova empresa que vai assumir
315 administrar o programa. Ressaltando que a partir de agora serão duas instituições, ou seja, o
316 monopólio será quebrado o monopólio. Nada mais havendo a tratar encerrou-se reunião. Esta ata
317 foi digitada Sandra Aparecida Oliveira Bavia, revisada por Márcia Batista Brizola e será assinada
318 pelos conselheiros abaixo:

319			
320	Titular	Agajan A. Der Bedrossian
321	Suplente	Ana Olympia V. M. Dornellas
322			
323	Titular	Adilson Castro	Ausente
324	Suplente	Sandra Bonini de Abreu
325			
326	Titular	José Luis de Oliveira Camargo
327	Suplente	Antonio Caetano de Paula	Ausente
328			
329	Titular	Márcia Cristina Rodrigues Marengo
330	Suplente	Sandra Iara Sterza
331			
332	Titular	Lazara Regina Rezende
333	Suplente	Janaina Mazzer Salinet
334			
335	Titular	Marcos Rogério Ratto
336	Suplente	Maldissulei Correa
337			
338	Titular	Bett Claidh Nascimento	Ausente
339	Suplente	Manoel Nivaldo da Cruz	Ausente
340			
341	Titular	Fahd Haddad
342	Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	Ausente com justificativa
343			
344	Titular	Mara Rossival Fernandes
345	Suplente	Artemízia Martins	Ausente
346			
347	Titular	Margarida Fátima F Carvalho	Ausente
348	Suplente	Denise Akemi Mashima
349			
350	Titular	Maria Célia P. R. Gregghi
351	Suplente	Elzo Augusto Carreri	Ausente
352			
353	Titular	Paulo Fernando Nicolau
354	Suplente	Paulo Marcel Yoshii	Ausente
355			
356	Titular	Maria Ângela Magro	Ausente
357	Suplente	Neusa Maria dos Santos
358			
359	Titular	Joel Tadeu Corrêa
360	Suplente	Gerson Navarro de Oliveira	Ausente
361			
362	Titular	Neusa Maria dos Santos	Ausente
363	Suplente	Manoel Rodrigues do Amaral
364			
365	Titular	Gioconda Pereira da Silva
366	Suplente	Terezinha P. da Silva (Mãe Omin)
367			
368	Titular	Maria Osvaldina Mello de Oliveira
369	Suplente	Sandra Regina F Remondini	Ausente
370			
371	Titular	Silvia Aparecida Brazão	Ausente

372	Suplente	Elizabeth Maria Alves	Ausente com justificativa
373			
374	Titular	Elba Ferreira
375	Suplente	Rosicler Amarins Moura Vaz
376			
377			
378	Titular	Julia Satie Miyamoto	Ausente com justificativa
379	Suplente	Hildegard Maria Lopes
380			
381	Titular	Leliane Nogueira C Nascimento	Ausente com justificativa
382	Suplente	Izabella Grossi de Oliveira	Ausente
383			
384	Titular	Adriana Xavier Dorta	. Ausente com justificativa
385	Suplente	Sandra Alexandra Oliveira Silva	Ausente
386			
387	Titular	Esmeralda Pereira da Silva	Ausente
388	Suplente	Maria José Teixeira Lopes	Ausente
389			
390	Titular	Rosalina Batista
391	Suplente	Jurema de Jesus Correa	ausente
392			
393			